

guimos comprar uma casa na periferia de São Paulo com toda a planta, toda regulamentada, nós não conseguimos comprar, então a Carta de Crédito funciona para um ponto, mas para ajudar principalmente o cara que vai morar lá na periferia, não acha nenhuma casa lá que tenha planta, que tenha isso, que tenha aquilo, não consegue comprar com uma certa facilidade, ela é boa, mas nós temos essa dificuldade da compra, de ter acesso a Carta de Crédito para poder comprar uma casa na periferia por 60 mil reais, 50 mil, você não consegue comprar e a CDHU só paga se tiver regulamentado com os órgãos públicos então ao mesmo tempo em que dá nós não estamos tendo acesso a isso, o 9 de Julho, a demanda existe e é desde 1997, até hoje a União faz reunião com essas famílias que sonham um dia em morar na 9 de Julho, não estou falando que lá a frente que ocupou e que é legítimo, que eles não vão ter lá a demanda deles, mas naquela torre que será reformada, é essa negociação que nós estamos tratando. Sra. Izilda – Reintegração de posse vai sair amanhã, tem que dar o dinheiro do aluguel, tem que dar o dinheiro para o povo, o que eu não quero é que seja feito isso, se nós podemos antecipar, Governo Federal como Governo Estadual, como o Município, o que eu estou propondo é sentarem os 3 e prevenir, entrar com uma ação preventiva sabendo que amanhã ou depois vai ser reintegrado, porque estão em área de risco, esse recurso que eu falo que nós somos obrigados a pagar quando a água bate, entendeu, poderia ser usado para viabilizar o projeto, não é para ficar pagando aluguel sem ter a perspectiva da construção de um Projeto Habitacional definitivo para aquelas famílias, fazer o Projeto Minha Casa Minha Vida ele é oneroso para as Entidades e a imensa população na linha da miséria não tem recurso para viabilizar um projeto desse, então poderiam os 3 Governos, entrarem com esse recurso. Sr. Luiz - Talvez se nós nos reunirmos de 20 em 20 dias ou alguma coisa assim, imaginando pelo menos um universo, um horizonte de 60 dias para nós termos alguma coisa já mais concretizada. Tem a Resolução 87 aqui que eu até tirei algumas cópias se alguém quiser, mas nós encaminhamos isso de uma forma eletrônica ou pelo menos o link. Conversei hoje com a Magda, da Caixa, que aí ela tem disponibilidade maior na terça ou quinta-feira, eu conversamos com o Daniel e o Antônio César lá de Brasília também que eu acho que é mais complicado ainda, enfim, em função disso podemos colocar uma agenda baseada num dia a cada 3 semanas. Pelo menos até o último encaminhamento estavam abertas às inscrições para os Conselheiros, hoje acho que a coisa mais importante dessa reunião era dar publicidade, enfim, a oficialização do GT, até como uma condição para esse pessoal de fora poder participar de uma forma correta. Eu gostaria que esse tipo de coisa fosse feito em reuniões onde nós pudessemos estar discutindo até mesmo porque o próprio Regimento Interno coloca em mediação de conflito, isso que pode ser aberta essa questão na medida da necessidade, então eu gostaria que isso fosse aberto e não feito por e-mail, mas todo mundo pode se manifestar nesse sentido. Nós passamos por e-mail então a próxima data para vocês. (Encerramento)

ATA DA REUNIÃO DO

GT POLÍTICA DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS GESTÃO 2009/2011

Data da Reunião: 22 de novembro de 2010

Local: Av. São João, 299 – Sala de Reuniões Diamante da Central de Habitação - Centro – São Paulo

No dia 22 de novembro de 2010, às 11:00 hs, reuniram-se na Sala Diamante da Central de Habitação, na Av. São João, 299 - Centro – São Paulo, para a Reunião do GT Política de Mediação de Conflitos Fundiários - gestão 2009/2011, os seguintes participantes: Alonso Lopez, Ana Maria Maluf Moussalli, Andreyra Tâmara S.de Oliveira, Antonia L.F.Nascimento, Candelária Reies -Habi-Regularização, Carmem Silva Ferreira, Catia de Oliveira Borges, Cláudia Toledo Piza Arruda, Elcio Sigolo – Justiflco, Eliete Calisto da Cruz,Francisco Adalberto R.Soares, Graco Brás – Imprensa, Heluisa Regina S.da Silva, Ivaneti de Araújo, Lucy Cunha Santana, Luiz Henrique Girardi, Nancy Cavallete da Silva, Osmar Silva Borges, Regislaine de S.Cruz, Rosicler Antunes de Lima, Rozilene Maria da Silva, Ruberval Ramos Castello – Justiflco, Silvana Maria da S.Moura, Waldir Cesar Ribeiro. A reunião é iniciada pelo Sr. Luiz – Na reunião do Conselho aproveitamos a ocasião para fazer uma solicitação para que nós priorizemos esse GT de Mediação de Conflitos para tratar das questões aqui da região central. As ocupações, as reintegrações de posse que já aconteceram e vão acontecer outras ligando famílias sem teto, então participando do Movimento Organizado da Frente por Moradia. Hoje tem cerca de 6 prédios ocupados, temos aqui o 9 de Julho que já é de conhecimento inclusive de alguns membros da Secretaria de Habitação, como está o andamento das negociações, o Ipiranga que também são famílias que vieram da Zona Leste, já vem de uma reintegração de posse onde tinha já um compromisso com a CDHU de iniciar estudo de áreas para desapropriação e a Prefeitura iniciou um atendimento parcial das famílias que estavam em risco iminente de despejo, tem as famílias também aqui da São João e também de cortiços temos a ocupação também da Protestante, cerca de 70 famílias, foi feita a reocupação do Prestes Maia, porque nós queremos retomar a discussão da viabilidade do Projeto Prestes Maia, buscando entendimento desse GT e também junto ao Ministério das Cidades, queremos discutir isso com a Prefeitura, essas ocupações todas que foram realizadas não tiveram de maneira alguma nenhuma motivação política, nós fizemos as ocupações por conta realmente que as famílias estavam despejadas, alguns atendimentos interrompidos, os acordos que foram firmados até agora não conseguiram avançar em nenhum aspecto, temos inclusive propostas para apresentar tanto de saída das famílias de uma maneira que nós consigamos resolver e buscar o entendimento com o Poder Público. Sra. Carmem – Sou uma das primeiras ocupantes do prédio do INSS 9 de Julho, faz exatamente 13 anos, desde 97, mas a motivação da nossa 5ª reocupação na 9 de Julho é a falta de respeito, não digo os três níveis de Governo porque o Governo Municipal até o momento em que as famílias mostraram as suas necessidades eles as têm atendido, embora restem ainda 184 que não tem nenhum atendimento, queremos a garantia se realmente esse prédio vai ser reformado, nós queremos a garantia de sermos a demanda, a Prefeitura reconhece que somos a demanda porque até agora nós temos 217 famílias recebendo uma verba emergencial já por 3 meses, 139 até o dia 29/11 irão para o Parceria Social, temos por conta do Tribunal de Contas mais 50 que em dezembro também irão ser, para ser ingressados no Programa Parceria Social, o dinheiro que a Prefeitura tem gasto com verbas já daria para essas famílias estarem assentadas no seu definitivo. A questão do desmembramento quando nós falamos com o INSS e ele nos diz que é a Prefeitura, a Prefeitura muito pelo contrário, são 13 anos, ninguém resiste a tanto, porque a necessidade a cada dia bate na porta, então o que nos motiva e essa reocupação, essas 184 famílias que têm a necessidade, se a Prefeitura oferecer alguma coisa vamos aceitar sim, mas o que nós queremos é a definição do Projeto 9 de Julho, nós tínhamos uma Assessoria Técnica que nunca nos deu uma satisfação, queremos resultados, resolver. Sra. Nancy– A nossa reunião foi 30/04/2010, que nós lemos a Ata dizendo que 15 dias depois nós teríamos o resultado do laudo, eu lembro assim, o próprio Movimento ficou de fazer uma gestão junto ao Ministério, junto ao INSS para acompanhar essa história desse benedito laudo e depois apresentar com a Assessoria Técnica a possibilidade de reforma das unidades e da construção das outras 407, nessa gestão que vocês estão fazendo e não conseguiram ainda nem o resultado do laudo, o que é triste, o problema não é do Município, é de encaminhamento junto ao Governo Fe-

deral porque a terra é da União, o prédio é da União e tal, só que as famílias moram e aqui na cidade mesmo. Sra. Ivaneti – Quando se tem interesse as coisas acontecem. Na reintegração de posse que nós tivemos, inclusive foi uma reintegração de posse totalmente desumana porque foi o momento que nós fomos citados e reintegrados, eu não entendo muito de jurídico, mas estava lá escrito que nós tínhamos 15 dias para recorrer e não tivemos os 15 dias para recorrer, porque eles seguraram e chegou com a citação e a reintegração de posse, começamos a bater muito, eu e a Carmem, com a questão do Luizão não ter ainda apresentado e desde aquela época do dia 30/04 nós estamos pedindo uma reunião para poder acompanhar a questão do laudo, infelizmente não chegou para nós, não tinha agenda e nós tínhamos informação nenhuma, a única informação que temos é meio até pelo corredor que, ah, o prédio corre o risco de ser demolido, ele falou, não, a reforma e a construção já eram para ter começado, só não começou por demora da Prefeitura, isso no dia do despejo, ele colocou que o laudo, o desmembramento não foi feito, nós teimamos que foi, gostaríamos de uma cópia para que depois mostrasse mesmo lá no INSS dizendo, olha, você disse que não, então não venha brincar conosco que nós não estamos de brincadeira com vocês não, o assunto é sério. Com questão à família que está até acampada porque realmente não tem para onde ir mesmo, estamos de frente para uma Câmara Municipal que nem sequer ofereceu banheiro, não deixou usarmos o banheiro, dizem que a Câmara é a casa do povo, não sei que povo é esse. Sra. Carmem – Foi o próprio Presidente da Câmara que negou. Sra. Ivaneti – Queríamos até pedir para esse Grupo de Trabalho de Mediação de Conflitos, que não tem necessidade de ter a GCM lá totalmente armada, são muitas crianças, colocaram polícia, guarda da Metropolitana infiltrado no meio da gente com armas, se fingindo, se passando como sem teto, não adianta colocar uma roupa meio surrada e dizer, eu sou sem teto que nós conhecemos o jeito da pessoa, queria fazer esse pedido aqui para que afastem a GCM de lá da calçada que não tem necessidade. Sra. Nancy – Não é a Secretaria de Habitação que pediu para colocar GCM na porta da Câmara, o que nós podemos fazer é tentar ver se consegue conversar com o Inspetor para ver o que é possível fazer, isso nós nos comprometemos, agora não posso garantir. Sra. Ivaneti – A Mauá já está lá desde 2007, nós temos um sonho de transformar aquela ocupação em Moradia Social. Fizemos o estudo dessa viabilidade junto com Waldir aqui da UNIBAN, depois um estudo técnico de que realmente é viável transformar as ocupações, tanto o Mauá como a 9 de Julho e também o Prestes Maia, se o dono estivesse preocupado com o prédio dele, ele pagava o IPTU, os quase 5 milhões que deve. Tem uma ocupação que está na Rua da Protestante, 423, são mais ou menos 65 famílias. Ela é recente, é uma ocupação de um prédio da Cúria, nós não sabemos, enfim, padre não tem que ter casa, padre mora na igreja, então eu acho que não tem que ficar o prédio vazio, as baratas vivendo melhor do que o ser humano, ele era interdito pela Prefeitura por alguma irregularidade, servia de prostituição ali dentro e servia de uso de entorpecente, a reivindicação nossa é que insiram essas famílias também nos Programas Habitacionais da cidade, o prédio da Prestes Maia, o perfil de famílias que se encontram lá hoje, são famílias quebradas, ferradas, que se de repente amanhã ou depois forem despejadas, a maioria ou uma boa parte delas não dá nem para o Parceria Social, uma parte do que temos lá ela não vai conseguir colocar, contemplar com subsídio para poder pagar o aluguel, que muitas de nós estamos ajudando até na alimentação, não tem o que comer, são famílias mesmo ferradas, cada dia que passa não vemos nada melhorando para o pobre, para o sem teto, aquelas famílias, uma parte delas conseguem sim um financiamento naquele prédio porque é possível, mas tem famílias que nós vamos ter que arrumar uma outra coisa, albergue não dá porque é família, não era morador em situação de rua. Sra. Carmem – No nosso acampamento eu tenho uma mãe que tem 10 filhos, 10 crianças, então nós ficamos de pés e mãos atados, o trabalhador trabalha, mas não tem como pagar um aluguel tão caro no Município de São Paulo. Sr. Osmar – No que diz respeito ao Prestes Maia e o INSS 9 de Julho, nós sabemos que se tentar formar um GT, Grupo de Trabalho, que pudesse ter o acompanhamento das lideranças que estão envolvidas no projeto, o INSS, a Caixa Econômica Federal que inclusive eu liguei, mas disseram que não deu para vir e tal, justificaram a ausência, para mim não justificou não, a Prefeitura também não está aqui, mas que nós pudessemos reunir essas duas esferas de Governo, porque segundo eles já saiu o laudo, eles disseram para nós lá na reintegração que a Prefeitura não tinha ainda realizado o desmembramento, talvez se nós conseguirmos reunir o INSS, a Caixa e a Prefeitura, nós identifiquemos aonde é que estão as coisas que estão emperando e nós formarmos uma Comissão para poder monitorar, para nós acompanharmos isso juntos, se tem uma ação pendente no judiciário por conta das concessionárias, se o problema agora está em Brasília, a Caixa Econômica fala que tem interesse de acompanhar inclusive no GT de Conflitos essas questões relacionadas ao INSS 9 de Julho, o outro GT seria para discutir esses imóveis que estão em discussão na região central, há uma discussão interna dentro da Prefeitura, nós não vamos agilizar nenhum estudo e não vamos começar nenhum empreendimento ou tentativa de desapropriação em prédio que está ocupado, nós estamos propondo que junto com a Assessoria Técnica nossa que inclusive já desenvolveu estudo de viabilidade, apresentar para a Prefeitura e tentar, de repente é uma solução para nós tentarmos inclusive acabar com o atendimento ou com o possível atendimento futuro sabendo que nós estamos buscando uma saída habitacional, o que não dá é o cara ficar devendo milhões de IPTU e o prédio continuar abandonado no Centro de São Paulo sabendo que poderia lá estar morando 240, 300 famílias talvez o Prestes Maia se viabilize a partir de uma negociação com a Caixa, uma parceria com a Prefeitura e CDHU, a CDHU está colocando 20 mil reais desses novos convênios que foram assinados, a Prefeitura se dispôs, eu ouvi a fala do Ricardo, que eles também estão aprovando agora mais um aporte para colocar no programa Minha Casa Minha Vida, de repente somando o esforço do Ministério das Cidades, CDHU e Prefeitura nós consigamos equacionar o Prestes Maia e esses outros, são demandas históricas, temos que colocar em pauta de negociação com o Ricardo, com a Bete, que nós votamos no Conselho Municipal de Habitação inclusive pela não viabilidade do São Vito, inclusive criando uma discordância em alguns setores do Movimento para não continuar a discussão da restauração do São Vito para as famílias poderem morar, inclusive solicitando que esses recursos que iriam ser utilizados, fossem utilizados para desapropriar novos prédios na região central e que esses prédios, as demandas, os Movimentos seriam atendidos. Sra. Ivaneti – Só lembrando que foi provado por A mais B que o São Vito não era viável para se morar, o valor da unidade, o pequeno era 90 mil reais. Sr. Osmar – E acho que esse é o momento que é possível nós sanando esses problemas que estão acontecendo na cidade, nós podemos assegurar o atendimento dessas famílias para moradia no centro e a outra seria formarmos esse GT, já tem estudo, a Assessoria preparou três estudos aqui, INSS, Prestes Maia e Mauá, que nós já queremos fazer a entrega desses estudos para iniciar a análise e depois marcar uma reunião se for com o GT novamente ou com a equipe de técnicos da Prefeitura, uma equipe de arquitetos da Prefeitura para poder aprofundar e ver a viabilidade. O Alto Alegre nós tínhamos o compromisso da CDHU de analisar áreas, estudo de áreas na Zona Leste para fazer o Alto Alegre ou outras áreas que pudessem viabilizar a construção das unidades habitacionais. A Prefeitura iniciou o atendimento de 357

famílias, quase 350 famílias, 250 emergencial e 100, mais ou menos 100 famílias no Parceria Social, quem está envolvido nesse processo todo é o Ministério das Cidades, se tem área e se viabiliza a desapropriação nós iniciamos a discussão com a Caixa para ver o recurso do Minha Casa Minha Vida, então se não tem área não dá para nós iniciarmos uma conversa com a Caixa, então nós precisaríamos ver talvez, eu não sei, se a CDHU tem banco de área disponível ou se dá para chegar num entendimento com a Prefeitura entre as áreas que estão sendo desapropriadas, a CDHU dispor de recurso também para poder ajudar a equacionar o problema dessas famílias, o total são 63 áreas como foi anunciado, parece que na Zona Leste são 12 ou 13 áreas nesse primeiro estudo que estão se viabilizando mais uma parte para atender as famílias lá do Pantanal, até porque foi arrolado um cadastramento, se for necessário, nós temos que realizar uma reunião também com a Prefeitura e CDHU juntos, porque vai estourar a reintegração de posse dia 25, o Alto Alegre de novo porque lá o proprietário já está grilando a terra, colocou as máquinas e está vendendo o lote a 15 mil reais, fazendo assentamento branco e depois deixando nas costas da Prefeitura a responsabilidade pela regularização, quer dizer, então a CDHU, duvido, porque se o proprietário pode fazer grilagem, por que quê não pode desapropriar a área? Então isso tem que colocar em pauta também com o Governo do Estado, então queria trazer isso também aqui para esse GT. Quando houve a reintegração de posse, houve uma reunião conjunta que foi realizada na Prefeitura, o Secretário, a Inês Magalhães através de uma tele-conferência conosco e onde cada um assumiu a sua responsabilidade, então o Ministério das Cidades se dispôs a entrar com recurso do Minha Casa Minha Vida, a CDHU ficou de analisar as áreas para fazer as desapropriações e a Prefeitura ficou de fazer o arrolamento das famílias para o Minha Casa Minha Vida e atender aquelas famílias que estavam em risco, que não tinham para onde ir e que foram atendidas no emergencial e Parceria Social, então precisaria ter um desfecho, nós gostaríamos aqui de assumir o compromisso que se tiver reintegração, nós arrolarmos de novo o cadastro, pegar aquelas famílias que de fato não vão ter para onde ir, esse invasor, ficar aqui no centro, acampado aqui no centro, atender essas famílias, vai ter agora dia 25 de novo aí 1.200 famílias sendo colocadas de novo na rua, apesar que temos 840 cadastradas, mas tem mais famílias também que estão em situação muito parecida às que já estavam cadastradas, uma coisa que nós queríamos deixar aqui claro nesse GT é que nós estamos combatendo essa coisa de que moradia tem fila, eu sei que todo mundo vai dizer não, porque é injusto, tem que se cadastrar e esperar na fila, mas o direito não tem fila, o direito é quem está batendo na porta do Poder Público, quem cadastra e não reclama é porque ele pode estar mais do que aquele que estão batendo na porta e que está despejado, não é porque estamos querendo desmoralizar o Poder Público, estamos colocando que a necessidade dessas famílias não pode ser tratada da maneira que nós temos visto ser tratada pelo Poder Público, na Instrução Normativa é nós garantirmos, discutirmos essa questão, a CDHU que fosse uma parceira também nesse Programa para não jogar a conta tudo nas costas da Prefeitura, era importante uma reunião da Prefeitura com o CRAS, talvez seja uma das possibilidades dessas famílias, nós buscamos o atendimento através do Bolsa Família, renda mínima para essas famílias. Sra. Nancy – Esse GT de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos veio via uma solicitação do Conselhheiro Dito, a exemplo do que existe em Brasília, pensaram nessa coordenação, neste Grupo de Trabalho de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, mas não é uma Comissão que tenha poder de decisão. Nós tentamos montar um Grupo de Trabalho, tivemos a presença do Daniel, tivemos a presença do Ministério das Cidades, tivemos a presença da Caixa Econômica, da CDHU e da Prefeitura para fazer os encaminhamentos, temos convocados ou convidados às pessoas envolvidas do Ministério das Cidades, da Caixa Econômica Federal, do Governo Estadual e o nosso Grupo de Trabalho Municipal para fazer os encaminhamentos das reuniões. Então uma coisa é o que você pediu, é possível fazermos, tentar agendar uma reunião e trazer o pessoal do Ministério das Cidades, o pessoal da Caixa Econômica, mais a CDHU, mais o Município, mais o GT que já está formalizado. Nós chamamos as famílias ou pessoas envolvidas no conflito para estarem juntas nessa reunião, então nós chamamos ou as lideranças dos Movimentos, os Coordenadores de Grupo para poder fazer o encaminhamento na reunião, vamos buscar e agendar essa reunião com todos os líderes envolvidos, não sei quando nós vamos conseguir porque assim, eles estão num momento de transição, tanto o Governo Federal como o Governo Estadual, mas de qualquer forma vamos disparar o convite e como você Osmar, é membro do Conselho, nós vamos passar o convite para você ter conhecimento de que nós estamos tentando agendar essa reunião, nós vamos solicitar de APROVE a cópia, do papel que faz o desdobro do prédio da 9 de Julho com o terreno da Álvaro de Carvalho, de posse desse documento acho que é mais fácil vocês irem lá e tentar negociar. Estamos num momento, e você sabe disso, de fim de recurso financeiro, fim de ano letivo, fim de dinheiro, o cofre da Prefeitura fecha o mês que vem e só reabre em janeiro, pode acontecer o que for, é impossível conseguirmos recurso financeiro, também conseguimos encaminhar junto a Secretaria de Assistência que fosse feito um novo cadastro das famílias para receberem os Programas de Transferência de Renda que também é do Governo Federal, temos que deixar bem claro que nós estamos no final de todas as administrações. Quando você fala da história da demolição do São Vito, nós temos isso muito claro Osmar e a Resolução 34 do Conselho, o Conselho é deliberativo, ele fala, os recursos que foram devolvidos da SIURB, da EMURB lá para a Secretaria, depois da reunião do Conselho de quinta-feira é que a Bete vai poder solicitar que esse recurso venha para o nosso orçamento, é para desapropriar prédio do centro sim e é para atender Movimento, nós vamos ter que fazer uma discussão no GT Centro já que está claro lá na Resolução que é para atendimento de Movimentos, o que a Prefeitura gastou, a SEHAB, na desapropriação do São Vito, será para comprar prédio no centro e será para atender demanda de Movimento, está lá na Resolução, bonitinho, está garantido, é Lei para nós, é possível conversarmos primeiro com a Secretaria de Assistência para saber dessa coisa das famílias de vulnerabilidade superar o Capitão no Prestes Maia? O Luiz como Coordenador pode chamar para uma reunião o pessoal e explicar a situação, não sei o que vai acontecer com as famílias que serão reintegradas na posse dia 25, vou ter que levar para a Bete, para o Secretário para nós podermos saber o que nós vamos fazer. Vamos tentar marcar a reunião do GT de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos junto com todos os envolvidos, com cópia para o Osmar, pronto, ele passa para as suas coordenações, vou fazer os encaminhamentos que são possíveis ao nível de diretoria, vou encaminhar para a Superintendente as coisas que dependem dela ou do Secretário ou do Prefeito, nós damos um retorno para vocês, também solicitamos para a CDHU um repasse de recurso para nós ajudarmos a pagar aluguel das famílias, porque só Prefeitura, só Município não tem condição, no caso da Felícia nós conseguimos um convênio com a CDHU e existe o repasse do dinheiro. No Governo Federal nós tentamos também, disse que não existe essa modalidade, o Daniel que é o Coordenador do Grupo de Trabalho de Mediação de Conflitos Urbanos ficou de levantar junto a Secretaria de Assistência do Governo Federal se poderia haver esse retorno, eu estou esperando isso desde o dia 30/04, eu não tive resposta, nós também vamos buscar aonde pode, o Município de tudo que recebe, mais de 80% não fica aqui, vai para o Governo Fe-

deral. Três coisas que eu tenho que fazer hoje, tentar agendar essa reunião com todos os envolvidos fazendo proposta de data inclusive, ir lá no AF buscar a página do processo que tem o desdobro da 9 de Julho com o terreno da Álvaro de Carvalho, conversar com a Bete para ver o que nós vamos poder fazer com esse despejo do dia 25, com essa reintegração do dia 25 tentar agendar a reunião do GT Centro para nós fazermos a discussão dos encaminhamentos das demandas para os prédios da região central. Sr. Osmar – Eu estava propondo era que nós formássemos esse GT, que nós pudessemos discutir o INSS, um Grupo de Trabalho para discutir o INSS, envolve Prefeitura, Caixa Econômica Federal e o INSS. O caso da CDHU, já habilitou Entidade, já habilitou na Caixa, só está esperando o que? Nós resolvermos esses conflitos jurídicos que estão pegando para nós podermos iniciar o projeto. Sra. Nancy – É complicado nós começarmos a fazer Grupo de Trabalho paralelo, acho que tem resolver tudo lá mesmo, é o Município, é o Governo do Estado, é o Ministério, é a Caixa e a CDHU, temos muitos conflitos grundiários urbanos nessa cidade, se nós não definirmos direito o que é isso, uma das grandes preocupações do Luiz como Coordenador qual é o papel desse GT, como nós vamos encaminhar isso na cidade, também vamos acabar respondendo por isso Osmar, como nós respondemos pelos pagamentos que fizeram para um monte de gente, que vocês até se propuseram, eu achei muito legal, que se precisasse ir lá no Ministério Público ou no Tribunal de Contas você iriam para dizer, o dinheiro foi gasto com as famílias sim, daqui a pouquinho, sabemos que o Ministério Público está se mexendo e que ele vai cobrar do Município, do Prefeito e do Secretário. Sra. – Acho que o GT tem que participar e se envolver com isso, senão fica a decisão de gabinete no papel, não tem nada a ver com a realidade, mas eu acho importante também chamar outros Grupos, outros Movimentos para participarem da discussão mesmo que não seja a demanda deles, é importante também vocês convidarem lideranças de outros Movimentos e que não estão nessas demandas, mas que já estiveram em outra ou que vão estar em alguma, daqui para frente, para participarem também, porque vai ficar só a dimensão do gabinete, isso não vai funcionar. Sra. Nancy – No GT de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos nós temos outros grandes Movimentos da cidade, do país, que participam. Sra. Carmem – Duas pessoas chegaram me dizendo que o Prefeito Kassab disse que hoje daria um jeito no acampamento, qual é o jeito? Sra. Nancy – Não sei de onde veio a informação, mas o que nós podemos fazer é conversar com a Bete, ela verificar que história é essa, num grupo de mediação a primeira coisa que eu aprendi na vida é assim, eu ouço todo mundo, é assim que nós vamos conseguir fazer a mediação das coisas, não dá para nós ouvirmos só um lado da história, a Bete está no Gabinete, eu vou conversar com ela, pode ficar sossegada, tenho certeza que ela vai pegar o telefone, ligar para o Gabinete para saber o que está acontecendo. Sr. Luiz – Esse Grupo de Trabalho está se iniciando para algumas coisas, tudo o que aconteceu até hoje foi assim num nível precário, inclusive não contribuindo muito para possibilitar a participação de todos os envolvidos, em especial o Ministério das Cidades que apesar de ter um representante local da Caixa, também precisa participar essas situações que envolvem uma emergência, simplesmente fica vazio no ponto de participação de todos os envolvidos o GT, só para nós entendermos, ele tem um lado importantíssimo pela representatividade do Conselho Municipal que é formular diretrizes para como nós podemos ter procedimentos de mediação de conflitos e que consiga interpretar todos os atores envolvidos desde o Governo Federal até a ponta mais importante que é a pessoa na comunidade que está sofrendo algum tipo de intervenção traumática, acho que existe uma questão importantíssima e existe um momento institucional para isso em termos da própria legislação, do amadurecimento institucional nessa questão, O GT passa a ter uma importância maior na medida em que ele estando constituído fica mais fácil de nós conseguirmos convidar esses atores, o GT ele não é deliberativo, a questão importante, é nós conseguirmos estabelecer na verdade uma agenda, o objetivo então inicial do Grupo, estamos tentando sistematizar datas de encontros. Não dá para termos um GT específico para cada situação de conflito que vai acontecer, porém existe uma situação que é a melhor que nós conseguimos vislumbrar, que é conseguir estabelecer datas em que todos esses atores estejam presentes numa mesa, para conseguirmos colocar todas as questões e encaminhamentos. A partir daí e dentro de uma coisa sistematizada com Ata, documento, enfim, não fique só na palavra das pessoas, é muito importante a participação. Sr. Osmar – Eu fiz a solicitação para que nós nos reuníssemos no GT, até tinha sugerido lá que fosse no GT Centro, naquele momento eu acho pertinente que deveria ser discutido nesse GT Mediação de Conflito esse problema que está acontecendo aqui no centro. Sra. Nancy – Ainda não se fecharam as inscrições para quem quer fazer parte do GT Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos dentre os Conselheiros, então acho que era legal inscrever você, sei lá quem pode, que é Conselhheiro, a do GT Centro está aberta e a do GT de Mediação de Conflitos Urbanos também está aberta. Tudo o que eu falei aqui, vou ligar para a Elisabete França para ver o negócio da polícia e tudo o que nós conseguirmos de agenda. Vamos copiar o Osmar e isso para ele poder passar a informação para os coordenadores dele. É uma proposta que vamos fazer para eles, vamos ver se eles respondem dizendo que sim ou que não. Além de ser fim de ano, é transição tanto no Governo Estadual como no Governo Federal, é bem complicado. Sr. Osmar – Nós trouxemos alguns estudos aqui, os 3 estudos que era para nós entregarmos mas a Caixa não veio. Sra. Nancy – Aguarda essa próxima reunião. Sr. Luiz – Nós não temos esses poderes, marcamos a reunião para dia tal, tal hora, por isso nós estamos buscando uma outra sistematização, a cada 3 semanas no dia e tal. (Agradece e encerra)

## SAÚDE

**NÚCLEO TÉCNICO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE – NTCSS-SMS.G**  
**PROCESSO: 2007-0.387.265-2**  
**TERMO ADITIVO Nº 06/2010 do CONTRATO DE GESTÃO Nº 06/2008**  
**PROCESSO Nº: 2007-0.387.265-2**  
**PARTÍCIPES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO / SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE e a ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - SPDM, qualificado como Organização Social, com a vista DO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO HOSPITAL MUNICIPAL VEREADOR JOSÉ STOROPOLLI DA MICROREGIÃO DA VILA MARIA/VILA GUILHERME.**  
**OBJETO DO CONTRATO:** Operacionalização da gestão e execução, pela CONTRATADA, das atividades e serviços de saúde no HOSPITAL MUNICIPAL VEREADOR JOSÉ STOROPOLLI.  
**OBJETO DO ADITAMENTO:**Suplementação de verba de custeio no valor de R\$ 3.144.022,00 (três milhões, cento e quarenta e quatro mil e vinte e dois reais).  
Pelo presente instrumento, de um lado a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS/SP, com sede nesta cidade na Rua General Jardim nº. 36, neste ato representado por seu Secretário Municipal da Saúde, JANUARIO MONTONE , brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 7.568.932-7 , CPF/MF